

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2017/2018

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** TO000020/2017  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 16/03/2017  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR010894/2017  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46226.000533/2017-02  
**DATA DO PROTOCOLO:** 07/03/2017

**Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.**

SINDICATO DO TURISMO E HOSPITALIDADE DO ESTADO DO TO, CNPJ n. 37.344.744/0001-33, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIA LUCIA DORTA POMPEU;

E

FEDERACAO EMPREGADOS TURISMO HOSPITALIDADE EST GO E TO, CNPJ n. 37.014.321/0001-55, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ROOSVELT DAGOBERTO SILVA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de fevereiro de 2017 a 31 de janeiro de 2018 e a data-base da categoria em 01º de fevereiro.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **DOS EMPREGADOS EM TURISMO E HOSPITALIDADE, QUE NÃO TEM REPRESENTAÇÃO NO ESTADO DO TOCANTINS, com abrangência territorial em TO**, com abrangência territorial em TO.

### Salários, Reajustes e Pagamento Piso Salarial

#### CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO:

É fixado em **R\$ 960,00 (Novecentos e sessenta reais)** o PISO SALARIAL da categoria profissional, a partir de 1º de fevereiro de 2.017, de forma que nenhum empregado perceberá salário inferior.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Fica concedido aos Empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho, a partir de 1º de fevereiro de 2.017, um reajuste de **7 % (sete por cento)**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Não integram o salário para efeito de aplicação do índice de reajuste fixado no parágrafo anterior, desta cláusula, quaisquer adicionais complementares ou benefícios eventualmente, pagos ao empregado, tais como, triênio, quinquênio, comissões, horas extras e produtividade.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Sem prejuízo dos reajustes previstos nesta cláusula, fica assegurado a todo empregado da categoria discriminada na Cláusula 2ª deste instrumento coletivo, qualquer reajuste, abono ou outra verba que resulte acréscimo salarial para os empregados, que vier a ser concedido por lei ou ato normativo do poder público.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Não haverá diminuição nem restituição de salários por efeito de aplicabilidade da presente convenção.

## Pagamento de Salário – Formas e Prazos

### **CLÁUSULA QUARTA - PRAZO PARA PAGAMENTO:**

Se o pagamento do salário for feito em cheque, a empresa dará ao trabalhador o tempo necessário para descontá-lo, no mesmo dia.

### **Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

### **CLÁUSULA QUINTA - DESCONTOS:**

Fica vedado aos empregadores, descontarem dos salários dos empregados os prejuízos decorrentes de recebimento de cheques que, por qualquer motivo, não seja pago pelo sacado, desde que previamente vistos pelo Responsável pela empresa ou seu preposto.

### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros Outras Gratificações**

### **CLÁUSULA SEXTA - VALE CESTA:**

As empresas concederão mensalmente, aos trabalhadores abrangidos por esta CCT, **R\$ 75,00** (setenta e cinco reais) mensais, pago em destaque em folha de pagamento, referente a **vale cesta**, o que não será considerado salário inatura.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - LANCHE:**

As empresas fornecerão obrigatória e gratuitamente, lanche a seus empregados, quando estes estiverem trabalhando em regime de horas extras ou em prorrogação do horário.

### **Adicional de Hora-Extra**

### **CLÁUSULA OITAVA - HORAS EXTRAS:**

Na prestação de serviços extraordinários, as horas extras serão pagas com acréscimo de **60%** (sessenta por cento) sobre a hora normal.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO: COMPENSAÇÃO DE JORNADA:**

Fica facultado às empresas, o regime de compensação de horas, mediante acordo prévio entre as partes, contanto que não ultrapasse as 44 (quarenta e quatro) semanais.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO: ESCALA DE REVEZAMENTO COM COMPENSAÇÃO:**

Fica permitida, às empresas, a implantação da escala de revezamento, de doze horas de trabalho por trinta e seis horas consecutivas de descanso (12 X 36), sem ensejar o pagamento de adicional por hora extra; devendo neste caso, fornecer (01) uma refeição de qualidade ao empregado, por dia trabalhado.

### **Adicional de Tempo de Serviço**

### **CLÁUSULA NONA - ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO:**

A todos os empregados que completarem 03 (três) ou 05 (cinco) anos de serviços ininterruptos na mesma empresa, será concedido 3% (três por cento) ou 5% (cinco por cento) sobre o salário base.

### **Auxílio Morte/Funeral**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - AUXÍLIO FUNERAL:**

A empresa pagará aos dependentes do empregado falecido, a título de Auxílio Funeral, um valor equivalente a **01** (um) salário base do empregado falecido.

## **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades Aviso Prévio**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AVISO PRÉVIO:**

Os empregadores, em caso de aviso prévio aos seus empregados e caso estes comprovem a obtenção de novo emprego, ficam obrigados a dispensá-los do cumprimento do restante do prazo do pré-aviso, sem qualquer ônus para ambas as partes.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Durante o aviso prévio dado por qualquer das partes, salvo o caso de reversão ao cargo efetivo por exercente de cargo de confiança, ficam vedadas alterações nas condições de trabalho, sob pena de rescisão imediata do contrato, respondendo o empregador pelo pagamento do restante do aviso.

### **Suspensão do Contrato de Trabalho**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO CONTRATUAL:**

As homologações das rescisões de contrato de trabalho, de empregados com mais de 01 ano de registro das empresas no Município de Palmas, deverão ser feitas obrigatoriamente no Sindicato dos Empregados em Turismo do Estado do Tocantins (SINDETH) e na Cidade de Gurupi e Região no SINGAREHST-GURUPI.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Além dos documentos determinados pela Instrução Normativa nº 03 de 21/06/02, as empresas deverão apresentar as guias de recolhimento da Contribuição Sindical devidas aos Sindicatos Laborais e Patronais, dos últimos dois anos, sob pena de ter que efetuar o pagamento no ato da rescisão.

### **Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - APOSENTADORIA – GARANTIAS:**

Fica vedada a dispensa do empregado que estiver há pelo menos 12 (doze) meses da aquisição do direito à aposentadoria.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - JUSTA CAUSA:**

Em caso de dispensa com justa causa, os empregadores ficam obrigados a fornecer, por escrito, ao empregado, a causa e o enquadramento da falta na CLT sob pena de, por presunção, ser considerada a dispensa sem justa causa.

### **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades Normas Disciplinares**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - MÃE TRABALHADORA:**

Fica concedida à empregada, no caso de acompanhamento de filho(a), com idade até 12 (doze) anos de idade ou deficiente a consulta médica, abono de falta de 01 (um) dia por mês, mediante declaração médica.

### **Ferramentas e Equipamentos de Trabalho**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - UNIFORMES:**

As empresas fornecerão, gratuitamente, 02 (dois) uniformes completos por ano, de uma só vez, tendo como referência o mês de admissão do empregado, durante a vigência do presente instrumento, observando as condições seguintes:

- a) Se a empresa exigir tipo e/ou cor de calçado, o mesmo passa a integrar o uniforme. A utilização do uniforme será restrita ao local de trabalho, incluindo-se trajeto de ida e volta, ficando o faltoso passível de punições.
- b) O uniforme será fornecido mediante comprovante de fornecimento e com cópia para o empregado.
- c) Fica desobrigada do cumprimento desta cláusula a empresa que não adote o uso do uniforme.

#### **Estabilidade Mãe**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ESTABILIDADE DA GESTANTE:**

Fica assegurada a estabilidade provisória de **45** (quarenta e cinco) dias à gestante, a contar do término previsto no Art.10º, II, b do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

#### **Outras normas de pessoal**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FGTS:**

As empresas ficam obrigadas a depositar o FGTS no domicílio onde se encontrarem seus empregados prestando serviços em caráter permanente.

#### **Outras estabilidades**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CIPEIROS ELEITOS POR EMPREGADOS:**

Fica assegurado aos empregados eleitos por seus colegas para integrarem as CIPAS, ainda que suplentes, estabilidade provisória, desde o registro da candidatura até 12 (doze) meses após o término do respectivo mandato.

#### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

#### **Outras disposições sobre jornada**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - EMPREGADO ESTUDANTE:**

Fica proibida prorrogação de trabalho do empregado comprovadamente estudante, de forma a prejudicar o horário escolar ou tempo necessário para se chegar ao estabelecimento de ensino.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Fica assegurado o direito de falta do empregado estudante nos dias de exames vestibulares ou supletivos, desde que seja avisado o Empregador com antecedência mínima de 03 (três) dias, mediante comprovação por escrito e que haja incompatibilidade entre o horário do trabalho e o da prova.

#### **Saúde e Segurança do Trabalhador**

#### **Primeiros Socorros**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PRIMEIROS SOCORROS:**

As empresas manterão nos locais de serviços, estojos contendo medicamentos necessários ao atendimento de primeiros socorros.

#### **Relações Sindicais**

#### **Representante Sindical**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DELEGADO SINDICAL:**

Fica concedido estabilidade provisória para o Delegado Sindical regularmente eleito em Assembléia Geral, enquanto perdurar esta situação.

### **Contribuições Sindicais**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL LABORAL:**

Fica regulamentada a obrigação de fazer contida no Inciso IV do Art. 8º da Constituição Federal c/c art. 513, “e” da CLT e com amparo ainda no TAC nº 01/1997 firmado com o MPT da 18ª Região, então Orientação nº 03 da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical – CONALIS do MPT e ainda de Memorando Circular STR/MTE nº 01/2005 da seguinte forma: a) O valor da contribuição foi aprovada por deliberação de assembleia geral realizada dia 26.01.2016 que a fixou em **10% (dez por cento)** dividido em duas parcelas iguais de **05% (cinco por cento)**, sendo a primeira parcela descontada na folha de pagamento do mês de **maio/2017** e repassada ao sindicato obreiro até 10 de junho e a segunda parcela será descontada na folha de pagamento do mês de **outubro/2017** e repassada ao Sindicato até o dia 10 do mês de novembro, diretamente na conta corrente da entidade, conforme segue: Banco: Caixa Econômica Federal, Agência: 0012, Conta Corrente nº **79252-7** em nome da Federação ou ainda em guias próprias, que podem ser solicitadas através do e-mail: [fethego.to@gmail.com](mailto:fethego.to@gmail.com). ou via telefone na sede da entidade.

**PARÁGRAFO ÚNICO: DAS PENALIDADES** - As empresas que deixarem de descontar e/ou recolher as importâncias avençadas nesta Cláusula, no prazo, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) Após o prazo estabelecido incidirão em multas de 2% (dois por cento) sobre o total devido e mais mora diária de 0,03 (zero vírgula zero três por cento), e, mais atualização monetária, quando o atraso for igual ou superior a 30 (trinta) dias. E, no caso de cobrança judicial, além dos acréscimos já mencionados, incidirão também à empresa, custas processuais e honorários advocatícios na base de 20% (vinte por cento) sobre o total apurado.
- b) As empresas ficam obrigadas a enviar a Federação cópia do comprovante de depósito juntamente com a relação dos empregados contribuintes, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recolhimento, em cuja relação deve conter necessariamente os seguintes dados: mês a que se referem nome e assinatura da empresa, nome do empregado, data da admissão, função e valor do desconto. Sendo que a empresa que não seguir as formalidades acima, estará sujeita a multa moratória de 2% (dois por cento) do valor da guia.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA:**

As Empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho ficam obrigadas ao pagamento da Contribuição Confederativa à Federação Patronal e/ou Sindicatos respectivos, conforme disposto no inciso IV do art. 8º da Constituição Federal, cujo valor será definido na primeira assembleia geral de cada exercício.

**PARÁGRAFO ÚNICO**– O recolhimento da Contribuição Confederativa de que trata a presente Cláusula deverá ser efetuado pelas empresas até o último dia útil do mês de setembro, mediante guia previamente obtida, por meio da pagina da internet ou na sede do Sindicato.

### **Direito de Oposição ao Desconto de Contribuições Sindicais**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - GARANTIA DE OPOSIÇÃO:**

Fica garantido o direito de oposição ao desconto da Contribuição Assistencial prevista na Cláusula Vigésima Oitava, ao empregado não associado, devendo este se manifestar individualmente e por escrito, até 10 (dez) dias após a efetivação do referido desconto.

A manifestação de oposição poderá ser feita nas seguintes localidades:

- a) Na sede da Delegacia da FETHEGO/TO, sito na 503 Norte, Av. LO-14, Lt. 09, Centro, Palmas-TO;
- b) Perante a empresa, quando no município da prestação dos serviços não houver sub-sede ou Representante Sindical, devendo o trabalhador remeter a "oposição" à entidade Sindical postando tempestivamente no correio.

### **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - COMPROVAÇÃO DE RECOLHIMENTO:**

Para comprovação de que foi efetivamente recolhido pela empresa, fica facultado a Federação solicitar as cópias dos comprovantes de depósitos e relações referentes à Contribuição Sindical e Contribuição Assistencial.

### **Disposições Gerais Mecanismos de Solução de Conflitos**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA:**

Fica instituída a CCP - Comissão Intersindical de Conciliação Prévia prevista no Artigo 625-A da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, conforme a redação dada pela Lei nº 9.958, de 12/01/2000, composta de representantes Titulares e Suplentes dos Empregados, indicados pela FETHEGO-TO, e dos Empregadores, indicados pelo Sindicato do Turismo e Hospitalidade do Estado do Tocantins - SINDHORBS, através do SISTEMA FECOMÉRCIO-TO, conforme os Artigos 533 e seguintes da CLT e FETHEGO-TO.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O funcionamento da Câmara de Conciliação Prévia - CCP será estabelecido em Regimento Interno, a ser aprovado e homologado pelos Presidentes das entidades convenientes.

### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - MULTA:**

Os empregados e empregadores que violarem os dispositivos da presente Convenção, ficam sujeitos à multa de R\$ **400,00** (Quatrocentos Reais), em favor da parte prejudicada.

### **Outras Disposições**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DIA DO EMPREGADO NO SETOR DE TURISMO:**

Fica estabelecido que o último sábado do mês de setembro é de comemoração no "Dia da Categoria de Empregados em Turismo e Hospitalidade" em todo o Estado do Tocantins, não havendo expediente neste dia.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CURSOS E REUNIÕES:**

Fica estabelecido que os cursos e reuniões, quando de comparecimento obrigatório, deverão ser realizados durante a jornada de trabalho ou, se fora do horário normal mediante pagamento de horas extras.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Fica isento do pagamento de horas extras, o curso ou reunião que ocorrer fora do município de origem;

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Não serão consideradas faltas, a participação do empregado no FANTOUR.

MARIA LUCIA DORTA POMPEU  
Presidente  
SINDICATO DO TURISMO E HOSPITALIDADE DO ESTADO DO TO

ROOSVELT DAGOBERTO SILVA  
Presidente  
FEDERACAO EMPREGADOS TURISMO HOSPITALIDADE EST GO E TO

**ANEXOS**  
**ANEXO I - ATA**

Ata e lista de presença [Anexo \(PDF\)](#)[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.